

Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Educativa e da Educação e Inovação

Despacho conjunto nº 198/99

Despacho conjunto nº 198/99. -O regime jurídico da formação especializada de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 95/97, de 23 de Abril.

Trata-se de um diploma legal que, em articulação com outras medidas entretanto adoptadas pelo Governo, designadamente a revisão do Estatuto da Carreira Docente e a aprovação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, operadas, respectivamente, pelo Decreto-Lei nº 1/98, de 2 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, visa a construção de uma escola autónoma, democrática e de qualidade.

A afirmação desta escola de qualidade passa necessariamente pelo reforço da autonomia dos estabelecimentos de educação e de ensino e da sua integração nos respectivos territórios educativos e depende, em grande medida, da criação de condições para o exercício de tal autonomia, designadamente no domínio da formação de pessoal docente devidamente qualificado para o exercício de cargos e funções de administração e de gestão das escolas.

Nesse sentido, o regime jurídico da formação especializada defeniu-a como sendo uma formação acrescida, proporcionada e certificada pelas instituições de ensino superior, que habilita os docentes para o desempenho de cargos, actividades e funções especializados no sistema educativo. O regime jurídico defeniu, ainda, áreas de formação especializada, princípios gerais e requisitos a que devem obedecer os cursos, nomeadamente no domínio da organização curricular, bem como a metodologia para a sua acreditação.

Definido o quadro geral da formação, importa agora, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 95/97, proceder à definição dos perfis de competências dos titulares de cursos de formação especializada.

Tal é o objecto do presente despacho, através do qual, partindo dos objectivos legalmente definidos para cada área de formação especializada, se identificam competências nos domínios da análise crítica, de intervenção, de formação, de supervisão e de avaliação, bem como de consultoria. Tratando-se de um primeiro referencial, considera-se que o mesmo deverá ser objecto de reapreciação no prazo de

cinco anos, por forma a possibilitar o seu ajustamento à evolução que, previsivelmente, se fará sentir no sistema educativo.

No processo de elaboração do presente despacho foram ouvidos o Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua e o Conselho de Formação Contínua. Nestes termos, determina-se que seja aprovado o conjunto referencial de perfis de formação especializada dos docentes, o qual é publicado em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de Fevereiro de 1999. -A Secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente. - O Secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins.

ANEXO - Perfis de formação na formação especializada de professores